

ATA DA VIGÉSSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, na Sala nº 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Alessandro Ferreira dos Passos, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Elizeta Maria de Paiva Ramos, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das atas pendentes referentes ao exercício de 2008; 2) Aprovação da Ata da 55ª Reunião Ordinária; 3) Funcionamento da Rede INFOSEG; 4) Prevenção à Violência: Política Nacional de Prevenção; Polícia Comunitária; Espaços Urbanos Seguros; Conselhos Comunitários de Segurança.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, a servidora Juliana Márcia Barroso solicitou que fosse apreciado extra pauta o pedido de financiamento de um curso de pós-graduação. Com a aquiescência do Colegiado, a servidora explicou que o Coordenador-Geral de Gestão, Acompanhamento e Avaliação Técnica do Plano Nacional de Segurança Pública/SENASP, João Francisco Goulart dos Santos, participou de processo seletivo do Curso de Especialização em Gestão Pública, oferecido pela Escola Nacional de Administração – ENAP e foi aprovado. A área jurídica do Ministério da Justiça manifestou-se contrária ao custeio do curso, com recursos do órgão, porque o mencionado servidor não possui vínculo com o serviço público federal, não podendo, portanto, comprometer-se a permanecer no cargo pelo prazo determinado pela Lei nº 8.112/90. No entanto, no âmbito do FNSP está previsto no descritor da ação valorização profissional o financiamento de cursos de especialização aos policiais de diversas Unidades Federativas. O mencionado servidor é oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, atualmente ocupando cargo de comissionado na SENASP (DAS 101.4). Desta forma, a área técnica entende que há previsão legal na Lei do Fundo para financiamento do curso em questão. Além disso, haverá benefícios para a SENASP, enquanto o servidor estiver cedido, e quando do seu retorno ao órgão de origem. Após estas considerações, o Colegiado aprovou por unanimidade o referido curso no valor de R\$ 8.302,08 (oito mil trezentos e dois reais e oito centavos).

Em seguida, o Presidente retomou a pauta e propôs a aprovação das atas pendentes referentes ao exercício de 2008. O Conselheiro Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitou que esta aprovação fosse postergada para próxima reunião. Os Conselheiros acataram o pedido e na seqüência aprovaram por unanimidade a ata da 55ª Reunião Ordinária.

Dando prosseguimento, o Presidente passou a palavra ao servidor Reinaldo Las Cazas, Coordenador da Rede INFOSEG, o qual iniciou a apresentação fazendo um breve histórico da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – INFOSEG. Posteriormente, explicou aspectos técnicos relacionados ao funcionamento da rede, a saber: 1) Modelo de Integração: permite que o acesso das informações seja feito por meio de índices, deste modo a rede INFOSEG concentra em sua base apenas as informações que apontam para as fontes de dados dos estados. Ou seja,

o acesso se dá na origem, a partir das bases estaduais, mantendo-se a autonomia de cada Estado em relação aos seus respectivos bancos de dados. Neste contexto, o servidor informou que todas as consultas realizadas por meio da Rede INFOSEG são armazenadas. Em razão disso, é perfeitamente possível saber quem consultou o que, quando e a partir de onde. 2) Principais módulos consultados, no período de 2008 a maio/2009: indivíduos, veículos, CPF, CNH, CNPJ e armas 3) Módulos que dão suporte ao funcionamento do Rede (Módulo Serviços), são eles: infra-estrutura de redes de comunicação; infra-estrutura de servidores; bancos de dados; aplicações de manutenção de dados; aplicações de consulta às bases de dados; aplicações de busca de interação e aplicações de acesso. Após os aspectos técnicos, foram destacadas cada uma das ações implementadas pela Coordenação da Rede INFOSEG, em razão do Acórdão nº 2.642/TCU. Após, o servidor prestou esclarecimentos acerca dos investimentos/2008 aprovados pelo Conselho Gestor e destacou os principais projetos/2008 desenvolvidos pela rede, a saber: Integração dos dados de Pessoas Física e Jurídica junto à Secretaria da Receita Federal; Integração dos dados aos países do MERCOSUL (módulos veículos e armas); Integração de dados estatísticos na área de entorpecentes em parceria com a Polícia Federal e adequação módulo de consulta integrada no SINARM – Sistema Nacional de Armas e SIGMA – Sistema de Gerenciamento Militar de Armas em conjunto com a Polícia Federal e o Exército. Em especial, o servidor discorreu detalhadamente sobre o sistema de controle de acesso e administração de usuários (módulo de Administração). Nessa oportunidade, foi esclarecido que o sistema de controle foi novamente desenvolvido a fim de aumentar ainda mais a segurança da Rede e, para tanto, todos os usuários foram recadastrados. O objetivo do novo sistema é aprimorar o gerenciamento dos usuários e dos computadores; a segurança e a auditoria do sistema. Concluída a apresentação, foram esclarecidos os questionamentos dos Conselheiros sobre o tema.

Na seqüência, o Presidente convidou a servidora Cristina Gross Villanova para apresentar o tema relacionado à prevenção à violência. Os pontos destacados pela servidora foram os seguintes: a prevenção no contexto do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública; a prevenção nos Estados; Prevenção Primária; Prevenção Secundária; As multidisciplinaridades na prevenção: Enfrentamento a violência doméstica e de gênero; Enfrentamento a Homofobia; Enfrentamento à violência praticada e sofrida por crianças e adolescentes; o controle interno e externo da atividade policial. Em seguida, foram salientados os benefícios advindos das parcerias entre a SENASP, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, dentre outros. Após, a servidora explicou que a área de prevenção da SENASP executa também atividades no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, em especial, destacou a Ação Espaços Urbanos Seguros, que são ambientes públicos planejados, projetados e administrados de forma participativa, com vistas a reduzir a incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que o utilizam e a permanência delas no local e também fazer com que a comunidade se aproprie desses espaços e desenvolva atividades de convivência, melhorando com isto a qualidade de vida daquela população. São exemplos de espaços urbanos seguros, áreas de encontro e circulação de pessoas, locais favoráveis à vigilância natural como: praças, calçadas, parques, centros comunitários, áreas de jardins, dentre outros. Continuando, a servidora explicou as ações de prevenção à violência no âmbito municipal, enfatizando os seguintes temas: 1) o papel dos Municípios, a saber: Integrar ações sociais e urbanas em áreas e públicos mais afetadas pela criminalidade violenta; Combinar a atuação preventiva e comunitária das guardas municipais; Fiscalizar posturas municipais relevantes para a promoção da ordem e da segurança pública e Aproximar as ações preventivas municipais das ações policiais; 2) a importância da matriz curricular na formação das Guardas Municipais; 3) o auxílio na elaboração dos projetos: Guia de Prevenção da Violência e 4) os critérios para apoio aos projetos municipais. No contexto estadual, a servidora destacou os principais temas focados nos projetos, quais sejam: as ações de polícia

comunitária; o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD; o fortalecimento das ouvidorias, das corregedorias de polícia, das Delegacias de Criança e Adolescente, e de Atendimento à Mulher e ainda situações que contam com a expertise dos técnicos estaduais e peculiaridades existentes em cada Estado. E por fim, a servidora explicou os aspectos considerados na análise dos projetos estaduais e municipais. Na seqüência, passou a palavra ao Tenente Coronel/PMDF Erisson Lemos Pita, Coordenador de Polícia Comunitária/SENASP, o qual inicialmente abordou o tema: Polícia Comunitária no Brasil. 1) a história da polícia no Brasil; 2) o conceito de Polícia Comunitária, segundo Robert Trojanowicz e Bonnier Bucqueroux, a saber: “Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área”; 3) a primeira grande reforma da atividade de policiamento comunitário; 4) as mudanças nas organizações policiais em razão do policiamento comunitário; 5) A evolução do policiamento comunitário; 6) os cursos de formação de agentes comunitários; 6) o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Japão. Finalizando, o Cel. Pitta falou sobre os Conselhos Comunitários e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD. Na seqüência, os Conselheiros fizeram comentários acerca do tema exposto e agradeceram a exposição.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da sessão encerrou a reunião às dezenove horas e vinte minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sylvio de Andrade Junior
Presidente da Sessão

Sidnei Borges Fidalgo
Secretaria Nacional de Segurança
Pública

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Alessandro Ferreira dos Passos
Casa Civil da Presidência da
República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Elizeta Maria de Paiva Ramos
Procuradoria-Geral da República